

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E OS HORIZONTES UTÓPICOS DE ALGUNS DE SEUS PRINCIPAIS INTÉRPRETES

PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL AND THE UTOPIC HORIZONS FROM SOME OF ITS MOST IMPORTANT RESEARCHERS (SCHOLARS)

Érika Roberta Silva de Lima¹
Francisca Natália da Silva²
Lenina Lopes Soares Silva³

RESUMO:

Neste trabalho, buscamos discutir a Educação Profissional como uma utopia que ao longo da história da educação do Brasil tem sofrido as mazelas de nossa origem capitalista colonial e excludente que permanece ora manifesta, ora latente nas políticas educacionais implementadas por meio de programas e projetos. Para dialogar acerca dos horizontes utópicos da Educação Profissional no Brasil, do Século XXI, tomamos como referência a análise da produção científica de alguns intelectuais que refletem sobre as problemáticas que envolvem a construção desse campo. Compreendemos que, as utopias são projeções possíveis, pois a realidade demanda sempre novas mediações e construções que envolvem permanentes mudanças, embates e disputas entre os projetos societários.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Formação dos Jovens; Horizontes Utópicos

ABSTRACT:

Therefore, in this work, we discuss the professional education as a utopia that throughout the history of Brazil's education has suffered the flaws of our colonial and exclusionary capitalist origin that remains up to now, sometimes manifested, sometimes latent, in the educational policies implemented through programs and projects. In order to discuss the utopian horizons of the twenty-first century professional education in Brazil, we refer to the analysis of the scientific production from some scholars, so we can reflect on the problems surrounding the construction of this study field. In this work, we understand that utopias are possible projections because reality always demands new mediations and constructions, which involve permanent changes, conflicts and disputes projects.

KEYWORDS: Professional Education. Youth Training. Utopian horizons

DOI: 10.21920/recei72016254454

<http://dx.doi.org/10.21920/recei72016254454>

¹ Pedagoga. Mestre em Educação Profissional (IFRN). Membro do núcleo de pesquisa em educação (NUPED). E-mail: erika_limma@hotmail.com

² Pedagoga. Mestre em Educação Profissional (IFRN). Membro do núcleo de pesquisa em educação (NUPED). E-mail: E-mail: natalia_silva_18@hotmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN). E-mail: lenina.lopes@ifrn.edu.br

INTRODUÇÃO

Utopia, sim; sejamos utopistas, bem utopistas. Contanto que não esterilizemos o nosso ideal, esperando sua realização de qualquer força imanente à própria utopia; sejamos utopistas, contanto que trabalhemos.

Manoel Bomfim

Este ensaio tem como objetivo contribuir para reflexões acerca da relevância da Educação Profissional para o Brasil, principalmente para a formação dos jovens. Para isso, a discutimos como uma utopia que ao longo da história da educação do país tem sofrido as mazelas de nossa origem capitalista colonial e excludente que permanece ora manifesta, ora latente. Mas, sempre presente quando se trata de fazer os avanços necessários para a condução de uma formação humana, voltada para uma vida decente, tendo o trabalho como princípio educativo, qual seja: aquela formação que articula educação e trabalho com os instrumentais produzidos pela ciência e pela tecnologia, compreendendo esses últimos como bens comuns da humanidade, entremeados pela cultura que nos constitui como sujeitos sociais. Seria uma educação que concebe e forma para o trabalho sendo este um valor inalienável para a vida humana em sociedade.

A problematização que envolve as discussões inseridas neste trabalho traz em seu cerne a visão situada do Brasil e de como esse país ingressou no Século XXI com dívidas sociais impensáveis para uma sociedade multicultural e um território privilegiado pela natureza. Sendo assim, essa visão da constituição social e política do país, está na centralidade dessas reflexões sobre formação humana com ênfase na Educação Profissional, tendo como referentes cognitivos trabalhos desenvolvidos por intelectuais-educadores que vem se dedicando ao estudo da educação - no campo da Educação Profissional, ou em educação em suas interrelações com o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura no espaço-tempo brasileiro.

Em América Latina: males de origem, Manoel Bomfim (2008) conclui um de seus mais belos ensaios convidando-nos a não perdermos a utopia, conforme expresso na epígrafe inicial, “contanto que trabalhemos” (BOMFIM, 2008, p. 290). Foi este convite literário de Bomfim que nos impulsionou a empreender esses diálogos acerca da Educação Profissional no Brasil como utopia. Não como uma utopia vinculada ao imaginário humano ideativo; fora de uma realidade concreta; descontextualizada da vida real, mas, como uma utopia situada em um contexto no qual é negado ao humano aquilo que pode dignificá-lo como tal -, a educação e o trabalho - condutores da existência humana, atrelados ao modo de produção da vida em sociedade, portanto, necessários à humanidade.

Mas, por que buscar horizontes utópicos para a Educação Profissional? Este termo ouvimos faz alguns anos em uma conferência proferida pelo educador brasileiro Rubem Alves. Nesta fala, ele afirmava que todos os educadores do Brasil, em especial, deveriam constituir horizontes utópicos e inseri-los em seus valores morais e sociais, recomendando que deveríamos praticá-los profissionalmente no sentido de constituirmos um objetivo comum, que seria aquele capaz de diminuir as desigualdades sociais do país. Para este pensador, esses horizontes utópicos nos definiriam como professores e como educadores. Assim sendo, horizontes utópicos tem em sua essência, propositivas dimensionalmente ensejadas pela perspectiva dialética das sociedades

humanas em seus processos de mediação social da vida humana, permeados pelo trabalho e pela educação - desenvolvidos no processo histórico.

É refletindo sobre esses horizontes utópicos nas perspectivas traçadas por Bomfim e Alves que buscamos, neste estudo, de natureza bibliográfica, elencar alguns horizontes utópicos já constituídos para pensar a Educação Profissional, pontuando, primordialmente e de forma questionadora: a quais sujeitos tem sido destinada essa educação? E, como tem sido sua oferta ao longo da história do povo brasileiro?

No início do século XXI, o Estado brasileiro começou a redesenhar e a rediscutir as causas e as consequências da falta de uma escola unitária, no sentido gramsciano. Todavia, no entre/reformas do Ensino Médio, *locus* principal da Educação Profissional para os jovens, ainda é apenas um horizonte utópico, ou são apenas horizontes utópicos, pois são várias as formas de oferta dessa etapa e modalidade de ensino.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SEUS HORIZONTES UTÓPICOS

A linha de raciocínio já explicitada conduz a pensar sobre a Educação Profissional inserida no processo histórico civilizacional, político e cultural vivenciado no Brasil, no começo do século XX, quando se dá o início da oferta dessa, hoje, modalidade transversal de ensino. Já nesse primeiro momento, foi implementada de forma dual, pois aos jovens pobres era destinada uma formação assistencialista para atender as emergências do capitalismo cuja produção se dava em meio à indústria nacional ainda em processo de gestação, e para os jovens das classes mais favorecidas uma formação profissional bacharelesca e superior para dar suporte ao comando da nação em processo de organização do Estado naquele momento quando já se encontrava enveredando pelos ideais republicanos assumidos no final do século XIX.

Constata Saviani que,

O impacto da Revolução Industrial pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção. No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente (SAVIANI, 2007, p. 159).

Assim, a dupla função das escolas no que tange à Educação Profissional ocorria tendo como divisor os próprios homens: para os trabalhadores a educação manual e para aqueles que não viviam do trabalho a educação científica e humanística. Desse modo dualizado, formavam os educandos segundo as funções sociais para as quais estavam predestinados ao nascer e de acordo com as características que geralmente procediam de sua classe social (SAVIANI, 2007).

Dessa forma, já podemos vislumbrar que a divisão dos homens pelo trabalho estava presente nesses primeiros momentos da Educação Profissional do país, posto que a cisão ocorria fora das fábricas, no processo de divisão da sociedade em classes assumida pelo Estado brasileiro na organização da educação agora republicana. Essa dualidade educacional vai permanecer por todo século XX e vai produzir um enorme contingente de jovens que se tornam adultos condenados a permanecer atrelados à parte manual da divisão do trabalho ou à marginalidade

desta, pela falta de integração entre à educação geral humanística e à profissional. Isso tem fornecido elementos para que se possa afirmar que a educação brasileira da forma como é ofertada pode ser considerada como um dos fatores de exclusão social.

O Brasil vive nas décadas iniciais do século XXI a globalização neoliberal e é assolado intensamente pela acumulação flexível do capital e por uma crise desse fenômeno global que afeta Estados e sociedades em todas as regiões do planeta. Assim, ao mesmo tempo em que se prega um Estado mínimo livre de responsabilidades sociais, para com os menos favorecidos economicamente, discursa-se em favor do que denominam de empregabilidade como a aptidão do sujeito para manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho, significando a necessidade de agrupar um conjunto de elementos que o torne capaz de competir com os demais indivíduos que buscam e disputam um emprego (OLIVEIRA, 2008). Essa noção de empregabilidade visa “[...] apagar da memória o direito ao emprego, já que está dentro de um sistema de regulação social que garante um conjunto de direitos ao trabalhador defendidos nas suas organizações”. (FRIGOTTO, 1998).

A distribuição desigual das oportunidades e dos custos de bens e serviços no sistema mundial tem se destacado neste momento de forma exponencial, fazendo emergir, em países considerados estáveis - a bem pouco tempo, desigualdades sociais inimagináveis. Alguns desses Estados considerados estáveis pelo sistema apresentam disparidades sociais inconciliáveis à sobrevivência humana, posto que a maioria desses países havia assumido que suas atividades sociais, diga-se de produção, teriam melhor e maior desenvolvimento se reguladas pelo mercado. Isto não deu certo, e países como Portugal, Grécia, Espanha e Itália, apenas para citar alguns, têm milhares de jovens desempregados e sem perspectiva de trabalho, dada à volatilidade da acumulação flexível do capital e a transitoriedade da produção pelo planeta.

Essa situação mostra que a lei do valor do sistema capitalista e seus princípios neoliberais são apátridas e esses jovens terão que aguardar um tempo até que se constitua um novo modelo de Estado que, os agregue como seres humanos capazes de produzir suas próprias existências; para que possam encontrar sentido na educação e no trabalho, buscando nesses, por sua natureza e essência humana, um meio para a sobrevivência de forma emancipada socialmente. Talvez, quem sabe, libertando-os de valores vinculados ao consumo massificado de bens que não contribuem para a valorização do humano e da sociedade, para que percebam o conhecimento como bem coletivo.

O contexto do Século XXI mostra que a lógica de ação e as práticas societárias do capitalismo globalizado - não vem dando certo. Mostra também que, a educação além de não ser tratada como determinante para o processo de humanização (mesmo dentro do processo de fortalecimento do sistema capitalista); tem sido tratada como meio, produto e produção para o mercado, notadamente, nos países em desenvolvimento, nos quais a educação vem se tornando uma mercadoria geradora de lucros para as agências internacionais financiadoras dessa nesses países.

Sendo assim, passa a ser uma mercadoria promotora de lucro e também como fator que explica as diferenças de capacidade de trabalho, de produtividade e de renda, pois se volta à preparação do homem para o fazer mais, por menos. Conforme os adeptos da teoria do capital humano a educação é o principal capital humano e é concebida como produtora de capacidade de trabalho e de mercadorias, sendo ela própria transformada em mercadoria. Nesse sentido, é um investimento como qualquer outro no mercado de bens e serviços de consumo no capitalismo neoliberal. O processo educativo é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de “[...] conhecimentos que funcionam como geradores de capacidades de trabalho e, conseqüentemente de produção.” (FRIGOTTO, 1998, p. 40).

Contudo, em uma observação crítica esse contexto cuja ênfase é no mercado, nega ao homem a formação humana integral por meio da ciência, da cultura, da arte e da tecnologia. Isso impede que este usufrua dos bens de cidadania e de consumo, vinculados aquilo que pode torná-los aptos a uma nova sociabilidade pela conquistadas condições materiais de existência de acordo com sua humanidade, com dignidade e liberdade compósitos de emancipação social.

Isso porque, a educação forjada pelo sistema capitalista tem como finalidade precípua a manutenção e a produção do sistema, a preparação dos sujeitos como máquinas para inserção e permanência no mercado de trabalho e a circulação de mercadorias por espaços que dinamizem os lucros e não a humanização do homem. Humanização que é a utopia necessária aos horizontes do professor/educador, ao seu trabalho, as suas buscas de sentido e significados para si e para os outros.

Assim, compreendemos que em razão dos diferentes processos de globalização (SANTOS, 2002) a educação é planejada dentro de uma lógica econômica internacional, com práticas educativas e políticas públicas educacionais afetadas pela privatização e comercialização, como também pela competitividade e pelo individualismo. Na maioria das vezes, direcionadas por agências internacionais, a exemplo do Banco Mundial, no Brasil e em vários países da América Latina. (SILVA; AZEVEDO, 2012).

No contexto da globalização econômica, a educação escolar é um elemento fundamental dentro do sistema capitalista, pois é “concebida como produtora da capacidade de trabalho, potencializadora do fator trabalho. Nesse sentido é um investimento como qualquer outro.” (FRIGOTTO, 1998, p.40). Desse modo, sendo considerada como investimento e não, um bem inalienável à pessoa humana, a educação sofre claramente -, os impactos dos processos desiguais de globalização. Isso pode ser comprovado pela apropriação das forças produtivas humanas no interior e por intermédio desse sistema, impõe o desenvolvimento de capacidades para o seu consumo como energia vital e forma imediata da produção. (MACHADO; MACHADO, 2008, p. 53). Tende, portanto, a ser exercida envolta em dinâmicas informativas e não em produtoras de conhecimento para a vida em sociedade.

Essa leitura contextual nos traz a preocupação com os jovens do Brasil de 15 a 17 anos. Faixa etária na qual deveriam se encontrar na última etapa da Educação Básica - o Ensino Médio, fazendo uma formação profissional integrada às relações sociais mais humanas, produtoras de conhecimentos e práticas para o mundo do trabalho, para a vida com sentido no presente em direção ao futuro. Aquele mundo no qual os conhecimentos prudentes seriam suleados para o processo de humanização integral.

Em 2012, os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, somavam 81,2% frequentando a escola formal, mas destes apenas 54,4% estavam no Ensino Médio o que já mostra uma enorme distorção idade-série, no caso idade-etapa da Educação Básica. Neste mesmo ano, o percentual de matrículas da Educação Profissional vinculada ao Ensino Médio era de 16,3%. De 1.362.200 matrículas, apenas 538.761 cursavam o Ensino Médio nas formas integrada e concomitante e os demais 823.429 cursavam a forma subsequente. Essa diferença mostra que há a necessidade de aumento da oferta da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, pois a forma subsequente supera as duas formas articuladas em 284.668 matrículas. Isto demonstra que os jovens desejam uma formação profissional. (INEP, CENSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 2010).

A Educação Profissional em sua perspectiva legal é uma modalidade de ensino regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, complementada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 que foi reformado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. O seu principal objetivo é a implementação de cursos que, voltados para o acesso ao mercado

de trabalho, dirige-se tanto para estudantes quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações para o trabalho.

Contudo, na constituição de horizontes utópicos é preciso lembrar que a Educação Profissional deve ser concebida para além disso, posto que, sendo inerente à práxis transformadora enreda-se nas circunstâncias conscientes de um mundo possível à humanidade em construção, por meio das relações sociais e produtivas que aliam trabalho, ciência e tecnologia em uma única atividade cultural formadora – a educação.

A educação profissional e os horizontes utópicos de seus principais intérpretes

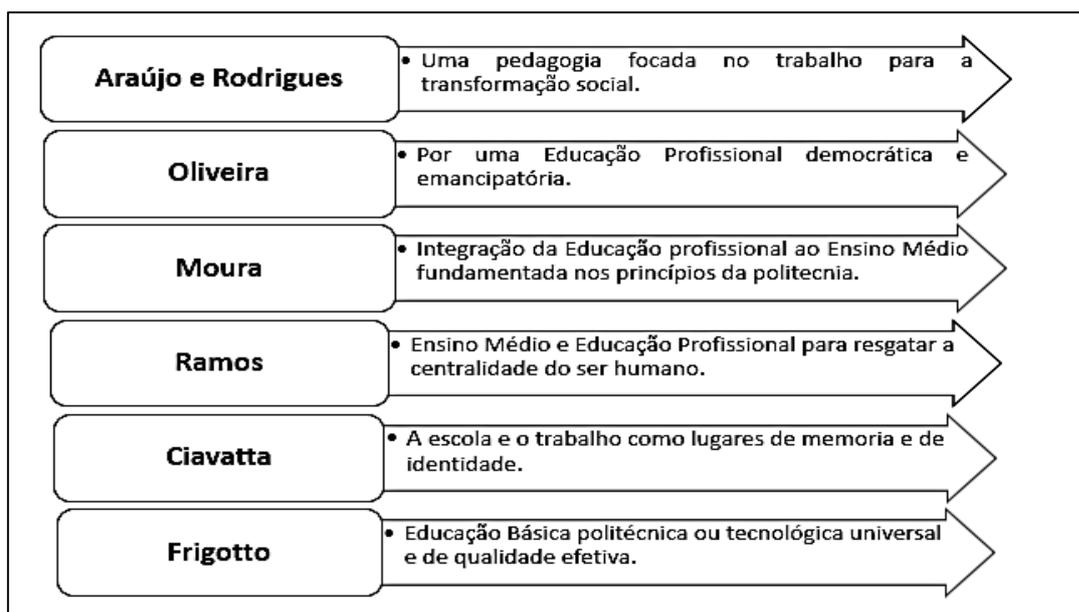


Figura 01- Autores e utopias da Educação Profissional

Fonte: Elaboração das autoras com base em Araújo e Rodrigues (2011) Oliveira (2012) Moura (2012), Ramos (2005), Ciavatta (2005) e Frigotto (2005).

Os indicadores da Educação Profissional no Brasil já apresentados dão a dimensão da desigualdade social e política que afeta os jovens em idade escolar no Brasil, mas é preciso reconhecer que a situação atual tem enraizamento histórico e que este vem se fertilizando pelos desmandos do sistema capitalista no país, amparados por um Estado cujos governos não têm se preocupado com a população para a qual se dirige esta Educação, qual seja, os filhos da classe trabalhadora, ou como diz Moura(2012), os filhos daqueles que vivem do trabalho.

Para dialogar acerca dos horizontes utópicos da Educação Profissional no Brasil do Século XXI selecionamos sete educadores que vem discutindo Educação Profissional e as problemáticas que envolve a construção desse campo. Na Figura 01 estão os autores seguidos de suas utopias.

Na primeira utopia, defende-se a construção de uma proposta de Educação Profissional que tenha como princípio uma pedagogia focada no trabalho para a transformação social, defendida, principalmente, pelos autores Araújo e Rodrigues (2011) que são referências quando discutimos as práticas formativas desenvolvidas na Educação Profissional.

Para esses dois autores, a questão inicial que orienta o debate sobre as práticas formativas teria suas premissas pedagógicas direcionadas para o trabalho como princípio para a transformação social. Observam que a Educação Profissional constitui-se em campo de disputa

no qual predominam duas abordagens principais: os que defendem a conformação dos homens à realidade dada e os que buscam a transformação social. “Tais abordagens consubstanciam em nossa sociedade, prioritariamente, dois projetos antitéticos de formação de trabalhadores: uma pedagogia focada no trabalho e outra pedagogia focada no capital”. (ARAÚJO; RODRIGUES, 2011, p.35).

Tal análise respalda-se, sobretudo, na literatura marxista que permite identificar a experimentação de práticas formativas diferenciadas na oferta da Educação Profissional. Essas práticas são vinculadas e articuladas ao projeto educacional do capital que tem como finalidade à segregação do desenvolvimento das capacidades de pensar e de fazer do trabalhador, bem como a acomodação social perante a realidade dada. (ARAÚJO; RODRIGUES, 2011).

A segunda utopia, por uma Educação Profissional democrática e emancipatória, é discutida por Oliveira (2012) como elemento essencial à formação dos jovens e adultos que integram os processos educacionais no Ensino Médio e na Educação Profissional. De acordo com essa autora:

O contexto atual, marcado pela continuidade no governo federal das forças políticas que se dizem comprometidas com um projeto societário incluyente, torna possível pensar a elaboração e a execução de um modelo de formação profissional cujo princípio político-pedagógico seja a formação de sujeitos capazes de efetivar práticas sociais direcionadas à construção de uma sociedade mais igualitária; neste novo contexto, a educação profissional há de ser muito mais que a formação para uma atividade específica no local de trabalho. Não pode se resumir apenas ao desenvolvimento de competências, como tanto defende os advogados do capital; muito menos pode ser uma ação compensatória e manipuladora de mentalidades. (OLIVEIRA, 2012, p. 101).

Nesse sentido, a autora parte de uma concepção que defende a relevância da oferta da Educação Profissional articulada com as mudanças presentes no mundo do trabalho. Seria, então, uma proposta de formação para atuar no sentido de transformação da realidade e inclusão daqueles excluídos do direito à produção material e cultural, oportunizando assim, as expectativas reais de exercício do direito à cidadania. (OLIVEIRA, 2012).

Tal compreensão complementa-se com as proposições defendidas por Araújo e Rodrigues (2011) de que “um projeto democrático de educação profissional deve pressupor um posicionamento perante a histórica dualidade da Educação Profissional” (p.38). Para eles, esse apresenta uma nova postura quanto aos saberes a serem ensinados, às práticas de ensinar e aprender, os procedimentos de organização curricular, os procedimentos de avaliação, as estratégias de gestão e organização dos tempos e espaços orientados pelas necessidades de ampliação. Tudo isso na direção que conduza promoção da autonomia diante dos processos de trabalho e para o projeto de uma sociedade democrática.

Moura (2012) é dos intérpretes que envereda pela questão das responsabilidades para com a Educação Profissional e propõe que o Estado brasileiro “potencialize a integração entre a Educação Profissional e o Ensino Médio como forma de contribuir para o rompimento da dualidade estrutural entre ambas” (p. 48). Para esse autor o Estado deve formar sujeitos capazes de compreender a realidade social, política, cultural e econômica, particularmente do mundo do trabalho. Dessa forma, a integração entre Educação Profissional e Ensino Médio se pautaria nos princípios da politecnicidade, para

[...] ratificar a possibilidade concreta que tem a proposta de ensino médio integrado (profissionalizante ou não), fundamentada nos princípios da

politecnicidade, de contribuir para o rompimento da dualidade estrutural entre o ensino médio e a educação profissional, assim como para a qualificação social de ambos, conferindo-lhes o maior sentido para os adolescentes, jovens e adultos brasileiros, principalmente das classes populares (MOURA, 2012, p. 78).

Para tanto, se faz necessário políticas públicas voltadas à universalização de uma Educação Básica com qualidade social, para assim, tornar possível, “produzir movimento que contribuam para o rompimento dessa dualidade na perspectiva de formação humana integral, que também contribui para a transformação do modo hegemônico de produção e vice-versa”, Moura (2012, p. 79).

O projeto de integração da Educação Profissional com o Ensino Médio, discutida pelos autores, sedimenta-se em uma organização curricular, que em uma perspectiva de formação integral, apresenta possibilidades e desafios. Ramos (2005), ao discutir a necessidade de se resgatar a centralidade do ser humano no cumprimento das finalidades do Ensino Médio e da Educação Profissional apresenta o currículo integrado como uma possibilidade para “a educação como meio pelo qual as pessoas se realizam como sujeitos históricos que produzem sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa” (p 122).

Dessa forma, seria como um desafio à superação da pedagogia das competências a partir da compreensão de suas premissas filosóficas e políticas e, por isso, de seus limites para a formação humana. Isso porque, a pedagogia das competências, de acordo com Ramos (2005), sem a compreensão de seus princípios como orientação curricular para o Ensino Médio e Educação Profissional, promove a negação do ser humano como sujeito social pleno de potencialidades e o encaminha para ser mais um competidor no mercado de trabalho.

Assim sendo, a orientação curricular para o Ensino Médio e Educação Profissional para a formação humana integral e humanizadora deve seguir algumas premissas. Essas são apresentadas por Ciavatta (2005) ao discutir a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade para a formação integrada. De acordo com essa autora, a formação humanizadora requer como princípios fundantes: a existência de um projeto de sociedade para possibilitar a articulação entre o Ensino Médio de formação geral e a Educação Profissional, bem como a qualificação de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica. Devem ser também consideradas a articulação da instituição com os alunos e os familiares, visando ações democráticas e o resgate da escola como um lugar de memória e investimento social na educação.

Todas essas premissas incitam uma educação necessária para incorporar a população a compreender a urgência da transformação social, efetiva na sociedade que se pretende construir com vistas a essa transformação. Nessa perspectiva, é imprescindível que os trabalhadores compreendam a necessidade histórica de um novo ordenamento social, pois, “se, como é sobejamente conhecido, a educação é incapaz de mudar a sociedade desigual em que vivemos, ela é um recurso relevante para a compreensão dos fundamentos da desigualdade e para a geração de uma nova institucionalidade no país” (CIAVATTA, 2005, p. 102).

Já para Frigotto (2010) a utopia deve abraçar, ou abraça uma educação básica politécnica ou tecnológica universal e de qualidade efetiva, nesse caso, a formação profissional teria outra qualidade e significaria uma possibilidade de avanço nas forças produtivas e no processo de emancipação da classe trabalhadora. Para tanto, o autor sugere que as políticas públicas de formação profissional se vinculem às políticas de emprego e renda.

Para tanto, caberia ao Ministério da Educação a coordenação do Sistema Nacional de formação / qualificação, e também, a existência permanente de um fato garantido na constituição para esse fim, que inclua, mas vá além do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e de Qualificação do Trabalhador (FUNDEP). Vá, ainda, além, pois dos fundos (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional) lidando predominantemente com a questão da equidade (FRIGOTTO, 2010). Ainda, caberia à “classe trabalhadora lutas em suas organizações e movimentos para construir uma nação contra aqueles que historicamente moldaram um capitalismo dependente, associado e subordinado ao capital mundial” (FRIGOTTO, 2010, p. 40).

Os autores citados suleam horizontes utópicos que nos conduzem à proposições que remetem à Educação Profissional no Ensino Médio, pois essa não deve ser voltada apenas para a formação de técnicos, mas de pessoas que compreendam a realidade e que possam também atuar como profissionais que trabalham empenhados na construção de um mundo melhor para todos. Nessa direção, devemos reconhecer a necessidade de se articularem os projetos de Educação Profissional às diferentes estratégias de escolarização. Do mesmo modo, é necessária a definição de estratégias, de formação inicial e continuada, articulada à ideia de itinerários formativos situados no tempo e no espaço social reais para todos os sujeitos que nasceram e vivem do trabalho. (ARAÚJO; RODRIGUES, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre a relevância da Educação Profissional para o Brasil, notadamente, para a formação dos jovens rumo a horizontes utópicos, (cujo direcionamento ainda não foi definido adequadamente pelo Estado), continuam inconclusas. Consideramos, portanto, que o Estado brasileiro não reconhece os conflitos e embates travados nas lutas por educação e trabalho ao longo de sua história ao desconsiderar as reais necessidades desses jovens. Contudo, reconhecemos os avanços legais, mas esses por si não constroem as mudanças necessárias à educação integral.

Compreendemos, entretanto, que, esses embates integram o processo de reconhecimento da oferta dessa modalidade, bem como a construção desse campo de estudos que vimos, vem ocorrendo permeada por uma visão crítica da realidade, da educação e do trabalho para além das exigências do mercado de acordo com os intérpretes citados.

Enquanto utopia, o referencial teórico adotado apresentou como ponto de convergência a oferta de Educação Profissional pautada em princípios que tomem como eixo central o desenvolvimento de práticas pedagógicas e sociais que visem à formação humana integral dos sujeitos. Isso se daria por meio do resgate da centralidade do ser humano, concebendo o trabalho como um construto social inerente ao desenvolvimento do ser - como humano em sua plenitude.

Para isso, seria necessário: romper com a histórica dualidade educacional que tem se materializado na oferta de dois sistemas educacionais díspares; considerar a formação humana para o trabalho tendo em seus princípios a politecnia como condutora da ação; assumir que Educação Profissional não pode ter seu início e seu fim definidos, exclusivamente, pelo que é demandado pelo mercado de trabalho; ofertar a Educação Profissional de forma democrática e emancipatória; e implementar políticas públicas de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.

Por fim, compreendemos que as utopias são projeções possíveis, pois a realidade demanda sempre novas mediações e construções que envolvem permanentes mudanças,

embates e disputas. Todavia, constituir horizontes utópicos é uma necessidade que se apresenta para que caminhemos ao encontro da Educação Profissional em uma única direção, qual seja, aquela que nos permita pensar e agir como humanos que formam humanos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo M. de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. Referência sobre práticas formativas em educação profissional. *In*: ARAUJO, Ronaldo M. de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). **Filosofia da Práxis**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 291 p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 out.2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. **Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei federal nº. 9.394/96. Brasília, DF: 17 abr. 1997.

CIAVATTA, Maria. A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO Teixeira. **Censo da Educação Profissional 2010**. Brasília. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao_censo2010_201210.pdf. Acesso em: julho de 2015.

MACHADO, Lucília. MACHADO, Janaína. Globalização capitalista e apropriação: implicações educacionais e ambientais. *In*: LUCENA, Carlos (Org.). **Capitalismo, Estado e Educação**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

MOURA, Dante Henrique. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: limites e possibilidades. *In: OLIVEIRA, Ramon de (Org.). Jovens, Ensino Médio e Educação profissional: políticas públicas em debate.* 1. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

OLIVEIRA, Ramon de. Por uma educação profissional democrática e emancipatória. *In: OLIVEIRA, Ramon de. (Org.) Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate.* Campinas: Papyrus, 2012.

OLIVEIRA, Ramon. Empregabilidade. *In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde / Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. . 2.ed. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.*

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.* São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais.* São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: novembro de 2015.

SILVA, Lenina Lopes Soares; AZEVEDO, Márcio Adriano. Reforma educativa a partir dos anos 1990: implementação na América Latina e Caribe e particularidades brasileiras. *Holos*, v. 2, p. 250-260, mai. 2012.

Submetido em: Abril de 2016

Aprovado em: Julho de 2016

LIMA, E. R. S. de.; SILVA, F. da.; SILVA, L. L. S. A educação Profissional no Brasil e os horizontes utópicos de alguns de seus principais intérpretes. *Revista Ensino Interdisciplinar*, Mossoró, v. 2, n. 05, 2016